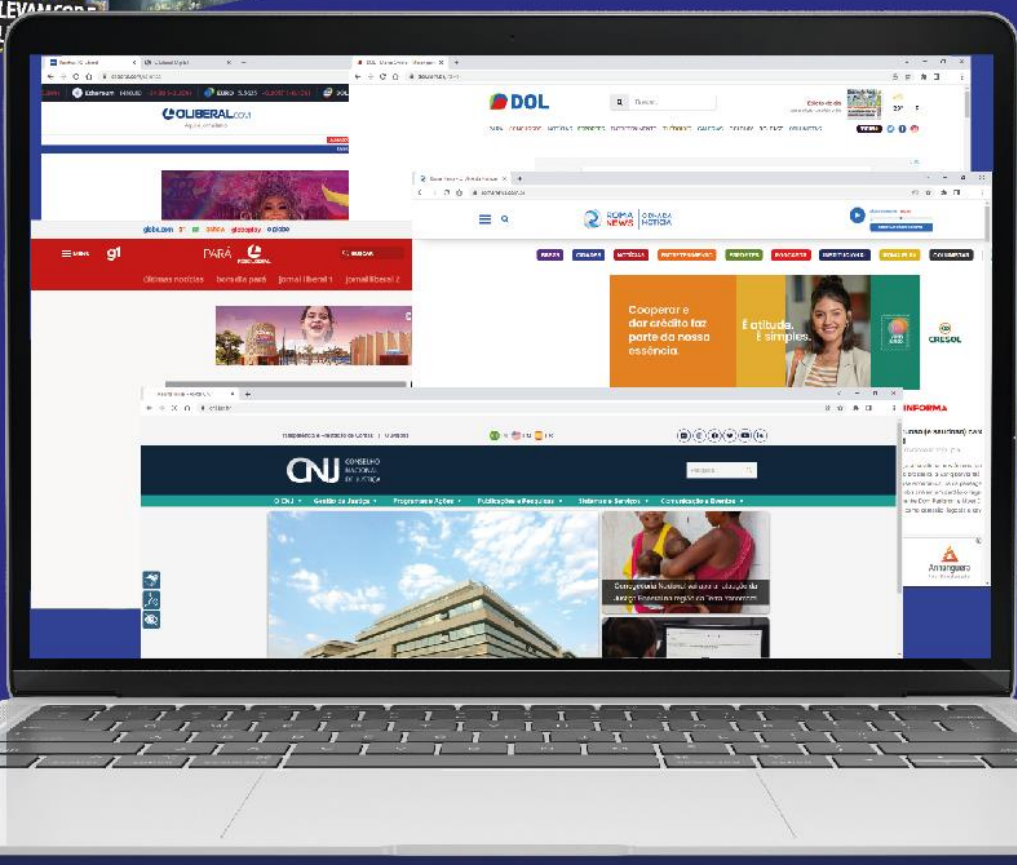




CLIPPING

Quarta-feira
08
de Março
de 2023



REPÓRTER

70

ATERRO

O município de Belém, que está na disputa para sediar a Conferência Internacional do Clima, a COP30, em 2025, corre contra o tempo. No dia 31 de agosto, termina o prazo, definido em acordo judicial, para o fim das atividades do aterro sanitário de Marituba. É preciso definir para onde será levado o lixo da cidade após essa data.

CONTRATO

O valor do contrato com a nova empresa deve girar em torno de R\$ 1 bilhão. A contratação terá uma duração prevista de 30 anos e as apostas apontam que a mais forte candidata para vencer a licitação é a Terraplena. A empresa, que já tem contrato com a Prefeitura Municipal de Belém, estaria implantando o sistema de tratamento do lixo no município de Acará, às margens da Alça Viária.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ENSINO PÚBLICO

Professores de três cidades do Pará entram em greve

EDUCAÇÃO - Docentes da rede municipal de Abaetetuba, Acará e Ourilândia do Norte fazem reivindicações e apontam problemas no transporte e na merenda escolar

DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

Professores da rede municipal de Abaetetuba, Acará e Ourilândia do Norte, no Pará, estão em greve desde a última segunda-feira (6). Coordenador de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp), Beto Andrade disse que as pautas da categoria se aproximam, mas não são as mesmas.

Beto Andrade, do Sintepp, disse que as pautas da categoria se aproximam, mas não são as mesmas

Segundo ele, o motivo da greve no Acará, por exemplo, é o não pagamento do piso salarial e do retroativo dos professores. "No ano passado, o governo só cumpriu uma parte do piso. E ficou de negociar a outra parte este ano e não negociou. Está sem transporte escolar e com problema de merenda nas escolas", disse Beto Andrade. Ainda segundo ele, o governo municipal protelou as reuniões e, por isso, a categoria entrou em greve. "O governo já entrou com ação judicial tentando impedir a greve", completou.

Beto Andrade afirmou que o pagamento do piso salarial também está na pauta dos professores de Abaetetuba e Ourilândia do Norte, além de outras reivindicações. Coordenadora Geral do Sintepp Subsele Abaetetuba, Waldira Calado Dias disse que, antes da deflagração da greve, na segunda-feira (6), houve três reuniões com o secretário

municipal de Educação. Na primeira foi apresentada a pauta da campanha salarial da categoria.

Na segunda, houve a apresentação de um parecer jurídico para, segundo a sindicalista, não pagar o piso e com a informação de que a prefeitura não pagaria o piso dos professores. "Na terceira reunião, foi apresentado um parecer contábil apresentando dados financeiros contraditórios com argumentos de afirmação que a prioridade é reforma e construção de escola, não o pagamento do piso", disse Waldira Calado.

A categoria entrou em estado de greve no dia 23 de fevereiro. "E, no dia 6 de março, que seria início do ano letivo, paramos e fizemos um ato até a prefeitura. E, lá, descobri que, no dia 2, a prefeitura entrou na Justiça solicitando a abusividade da greve e multa de mais R\$ 20 mil para sindicato que insiste na greve. Já recorremos e estamos aguardando a decisão do desembargador", afirmou. Além do pagamento do piso 14,95%, está na pauta de negociação reforma de escolas e transporte escolar, entre outros pontos. A reportagem solicitou posicionamentos das três prefeituras mencionadas na reportagem, porém, apenas Ourilândia do Norte ainda não deu retorno.



FOTOS SINEPP/ABA



Movimento liderado pelo Sintepp começou na última segunda-feira

Leia a nota enviada pela Prefeitura de Abaetetuba

• Acerca da greve da educação, a Prefeitura de Abaetetuba informa que recebeu a pauta econômica do Sindicato, a qual foi debatida em três reuniões entre Administração Municipal e a representação da categoria. Nas ocasiões, foi esclarecido, com apoio em documentos técnicos, que a gestão não dispõe de condições orçamentárias para a concessão do piso definido para o ano de 2023. Na terceira reunião ficou encami-

nhada uma agenda com a prefeita, para dar continuidade ao debate da questão, no entanto, antes da data agendada a categoria deflagrou o estado de greve, inviabilizando a continuidade das negociações. Diante disto, o município encaminhou a questão para o Poder Judiciário, a fim de garantir o acesso à educação para os alunos da rede municipal. A gestão assinala que, no ano de 2022, foi concedido reajuste na

ordem de 33,24%, atendendo à portaria do Ministério da Educação. Além disso, o Município já supera o investimento obrigatório do FUNDEB em folha de pagamento. Definido em no mínimo 70% da aplicação do recurso para esta finalidade, o município atinge um investimento na ordem superior a 80% do FUNDEB para este fim. Não dispo, assim, de condições fiscais para atender à reivindicação apresentada."

Leia a nota enviada pela Prefeitura de Acará

• É com surpresa que a Administração da Prefeitura Municipal de Acará recebeu a informação de que os professores optaram por entrar em greve neste dia (07 de março de 2023). A surpresa se dá pelo fato de existir uma mesa de negociação que vem ao longo dos anos obtendo fluxo para os trabalhadores da educação, haja vista que a primeira conquista da categoria neste governo foi o pagamento dos salários que estavam em atraso, deixados pela gestão anterior. Essa mesa prosperou ao fato de a prefeitura vir repassando aos professores parte dos reajustes da categoria conforme a disponibilidade financeira e, por último, houve a lei que estabeleceu a concessão de auxílio alimentação a todos os servidores públicos municipais, incluindo os da educação, tanto efetivos como temporários e comissionados. Então a gestão do Novo Tempo vem ao longo do tempo reconstruindo a

educação do Acará baseado em três pilares, sendo eles: valorização dos professores, respeito e a melhoria do ensino dos estudantes, gerando benefício direto aos alunos. Por último, as revitalizações, ampliações e construções das escolas para tornar o ambiente de trabalho agradável, tanto que ao longo da gestão Novo Tempo a prefeitura já entregou 29 escolas e, inclusive, a última foi realizada nesta data, no mesmo dia em que os professores optaram por grevar. Salientando que no início da atual gestão, as escolas foram recebidas em estado precário de estrutura física, sem o mínimo de condições de uso. As negociações com relação aos que eles estão pleiteando (Pagamento do restante do piso do ano passado, 13,24% e pagamento do piso deste ano 14,94%) é objeto de negociação constante, inclusive com reunião marcada para a próxima quinta-feira

(9). Diante disso, houve a necessidade de a prefeitura ingressar com uma ação de declaração de abusividade de greve, na qual houve concessão de liminar nesta data (7 de março). Isso impede que haja paralisação das aulas e consequente prejuízo aos alunos. Ressaltamos que a prefeitura é sensível aos pleitos dos professores e está sempre disposta a dialogar sobre as reivindicações desta classe. Só que, desta vez, existe uma solicitação que precisamos analisar de forma responsável e assegurando o equilíbrio fiscal e a adimplência das contas públicas e é necessário encontrar uma solução para atender o pleito dos professores, sem deixar de investir na infraestrutura das escolas. A gestão se posiciona em prol de todos, profissionais da educação e estudantes. As negociações estão avançando e desejamos que na reunião já agendada se chegue a uma solução."

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

GRUPO DE TRABALHO

MP acompanhará saúde pública em Belém e Ananindeua

FISCALIZAÇÃO - Falta de insumos e atrasos em pagamentos de terceirizadas estão na mira**VICTOR FURTADO**
Da Redação

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) vai criar um grupo de trabalho e acompanhamento da saúde pública de Belém e de Ananindeua. A decisão foi tomada na segunda-feira (6), após uma reunião extraordinária de promotores de Justiça e após sucessivas denúncias de falta de insumos e atrasos em pagamentos a empresas terceirizadas. Desde o ano passado, esta situação vem causando paralisações de trabalhadores e reclamações no atendimento em hospitais e unidades de saúde dos dois municípios.

Em reunião extraordinária, o MPPA, por meio do procurador geral de Justiça, César Mattar Jr., deliberou nesta segunda a criação do grupo. No encontro, diz nota publicada no site do MPPA, "os promotores de Justiça apresentaram diversas inconformidades na prestação do serviço nos dois municípios. Também foram referenciados procedimentos em acompanhamento e ações interpostas. Os promotores ressaltaram, ainda, a importância de uma ação articulada para enfrentamento dos problemas apresentados, face à omissão de vários órgãos para promover os ajustes".

"A reunião entre os colegas que atuam na área da saúde e da improbidade, em Belém e Ananindeua, dá a tônica de um trabalho que precisa ser realizado com destacada atenção e integração pelos órgãos do Ministério Público. Promotoras e promotores se dedicam, de modo incansável, a tentar minimizar as adversidades diariamente constatadas nessa área sensível.



Paralisações de médicos de UPAs estiveram entre os problemas registrados em Belém

Discutir o sistema de saúde e atuar em conjunto, firmemente no segmento, especialmente em sede coletiva, é imprescindível para uma atuação ainda mais eficaz", comentou Mattar Jr.

CRISES

Em 2022, Belém teve revelada uma crise na saúde pública, com reclamações de trabalhadores da saúde de vários segmentos, como médicos, enfermeiros, anesthesiologistas, técnicos e profissionais de serviços gerais. Algumas categorias foram às ruas, em manifestações, ou paralisaram atividades. Em algumas unidades, as manifestações foram de usuários, como na Casa Dia, onde cinco médicos eram responsáveis pelo atendimento e acompanhamento de 10 mil pacientes. Duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) ficaram com atendimento limitado por causa de

greves motivadas por falta de pagamento aos médicos.

Decisão foi tomada em reunião extraordinária

O cenário resultou numa fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Pará (CRM-PA) e denúncias do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará (Sindmepa). Em visitas a hospitais e unidades de saúde da capital, as denúncias foram confirmadas, revelando dificuldades até no atendimento à população por falta de insumos e medicamentos considerados básicos. O atraso em pagamentos chegava a afetar 70% dos médicos que atuam na rede municipal, como apontaram as instituições.

Em Ananindeua, as mesmas dificuldades. Médicos fizeram greves por atraso nos pagamentos, condições estruturais inadequadas, falta de condições de trabalho e atendimento, sobrecarga de serviço e assédio moral. Recentemente, os atendimentos de saúde do Paar passaram a ser feitos num complexo improvisado com uma lona, que tem gerado reclamações de trabalhadores e usuários. E em fevereiro, o MPPA recomendou ajustes em unidades municipais de saúde.

Em nota, a prefeitura de Belém informou que "trabalha para superar a crise financeira da saúde. Acaba de assinar um acordo com o Governo do Estado e com o Governo Federal que proverá mais recursos para a área (sic)". A Redação Integrada de O Liberal entrou em contato com a prefeitura de Ananindeua, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



FOTOS CARLINHOS LUZ

Protesto do MST no Iterpa é parte da jornada de lutas que ocorre em 23 estados

Movimento faz protesto na sede do Iterpa

**FABRÍCIO QUEIROZ E
CAMILA AZEVEDO**
DA REDAÇÃO

Cerca de 400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) realizaram uma ocupação no prédio do Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa), localizado na avenida Augusto Montenegro, em Belém, ontem de manhã. De acordo com os manifestantes, a ação é parte das ações organizadas na jornada de lutas do movimento, que ocorre em 23 estados brasileiros.

“O nosso objetivo é abrir uma mesa de negociação para que a gente possa dar seguimento ao debate sobre a reforma agrária. Nós precisamos de terra para trabalhar e cuidar da nossa família”, afirma Clivia Regina da Silva, dirigente estadual do setor de gênero do MST.

No protesto, as trabalhadoras sem-terra entregaram um documento que elenca algumas áreas que precisariam de atenção prioritária do governo estadual, como os assentamentos Terra Cabana e Quintino Lira, em Be-

lém, além do local conhecido como Lourival Santana, que fica no sudeste paraense.

“As mulheres estão protagonizando essa luta que se soma a um movimento nacional. Protocolamos hoje essa pauta no Iterpa e fomos recebidas pela presidência. Estamos com a expectativa de que esse diálogo seja retomado no dia 17 de abril, no contexto da mobilização do Abril Vermelho”, relata Clivia Silva.

Após o protesto, as mulheres desocuparam o prédio e retornaram para o

acampamento montado na Aldeia Cabana, no bairro da Pedreira.

Ao Grupo Liberal, o Iterpa afirma que recebeu os representantes do MST para tratar sobre pedidos de regularização fundiária em áreas que aguardam decisões judiciais em ações de reintegração de posse, que estão em tramitação no Poder Judiciário além da implementação de políticas de reforma agrária. “Os representantes deixaram o prédio do Iterpa no início da tarde”, conclui o comunicado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA define criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a saúde em Belém e Ananindeua

REUNIÃO

Em reunião extraordinária, o Ministério Público do Estado (MPPA), por meio do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., deliberou na segunda-feira, 6 de março, a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar a prestação de serviço da saúde em Belém e Ananindeua.

No encontro, os promotores de Justiça apresentaram diversas inconformidades na prestação do serviço nos dois municípios. Também foram referenciados procedimentos em acompanhamento e ações interpostas. Os promotores ressaltaram, ainda, a importância de uma ação articulada para enfrentamento dos problemas apresentados, face à omissão de vários órgãos para promover os ajustes.

Ainda na reunião, os aspectos relativos à ausência de medicação, insuamos, atrasos reiterados de pagamento aos contratos firmados com terceirizados, dentre outros, foram objetos do debate.

Ao final, houve o encaminhamento para que os promotores fizessem compilação de suas principais demandas, e que elas se-



Promotores apresentaram diversas inconformidades na prestação do serviço nos dois municípios

FOTO: ASCOM MPPA

jam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Sociais, além da deliberação para a criação de um grupo de trabalho sob a Presidência do PGJ.

TRABALHO

“A reunião entre os colegas que atuam na área da saúde e da improbidade, em Belém e Ananindeua, além do GAECO, com a PGJ, dá a tônica de um trabalho que precisa ser realizado com destacada atenção e integração pelos órgãos do Ministério Público. Promotoras e promoto-

res se dedicam, de modo incansável, a tentar minimizar as adversidades diariamente constatadas nessa área sensível. Discutir o sistema de saúde, e atuar em conjunto, firmemente no segmento, especialmente em sede coletiva, é imprescindível. Estamos fortalecendo os mecanismos à disposição do MPPA para uma atuação ainda mais eficaz”, completou o PGJ César Mattar Jr.

Participaram os promotores de Justiça: Elaine Castelo Branco (PJ de Saúde-Belém); Adriana Pas-

sos (PJ da Saúde-Belém); Fábila Founier (PJ Saúde-Belém); Socorro Gomes (PJ do Idoso-Belém); Fábila Mussi (PJ de Saúde-Ananindeua); Léa Mousinho (PJ da Infância - Ananindeua); José Godofredo dos Santos (coordenador das PJs da Moralidade Administrativa); Hélio Rubens (PJ de Moralidade Administrativa-Ananindeua); Carlos Eugênio (coordenador do CAO de Direitos Sociais); Ana Maria Magalhães (coordenadora GAECO) e Muller Siqueira (GAECO).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Unimed Belém: nova diretora-geral promete focar na melhoria da assistência ao usuário

Médica Liane Rodrigues também quer implementar avanços na valorização do cooperado



O Liberal

07.03.23 7h15



Segundo Liane, os dois principais focos desta nova gestão da Unimed Belém serão a valorização dos cooperados e a otimização da jornada do paciente que busca a assistência médica (Sidney Oliveira/ O Liberal)

Agora sob nova direção, a [Unimed Belém](#) pode ter um novo rumo a ser desenhado. Pelo menos é o que afirma a nova diretora-geral da cooperativa, a médica pediatra e intensivista Liane Rodrigues, que concedeu entrevista exclusiva ao Grupo Liberal nesta segunda-feira (6). “Fomos eleitos em uma **Assembleia Geral, com participação expressiva dos cooperados**, então, a legitimidade do processo existe desde a Assembleia AGE (Assembleia Geral Extraordinária) anterior. Esta nova direção segue um **caminho completamente diferente do que tínhamos anteriormente**,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

vislumbrando um **futuro para a nossa cooperativa, de estabilidade, de responsabilidade e de transparência**. O usuário, a comunidade e os cooperados podem ter a certeza de que é esta diretoria que vai seguir nos próximos dois anos à frente da Unimed Belém”, pontuou a médica.

A nova diretoria da cooperativa foi eleita por meio de Assembleia Geral realizada no último domingo (5), em um hotel da capital paraense. Dos **1.971 cooperados, 973 compareceram e a maioria deles, mais de 63%, escolheram a chapa 1 “Avante Unimed”**, composta pela atual diretora-geral interina, **Liane Rodrigues, e pelos médicos Eduardo Carvalho, Áurea Nunes e Katsuro Harada**, que comandarão a entidade no período **2023-2025**.

A eleição ocorreu após vários entraves jurídicos, desde que uma AGE realizada ainda em janeiro destituiu a então diretoria executiva da cooperativa, que chegou a ser reconduzida ao cargo e depois afastada novamente, em decisão judicial de fevereiro. Esta nova eleição, segundo a diretora-geral, seguiu os trâmites previstos no **estatuto social da cooperativa** e, por isso, ela acredita, não será invalidada.

Quem é Liane Rodrigues, nova diretora-geral da Unimed Belém?

Liane Rodrigues tem 50 anos de idade e mais de 20 deles dedicados à medicina. Mãe de dois filhos, ela é formada pela Universidade do Estado do Pará (Uepa), e pós-graduada em São Paulo, nas áreas de **Pediatria e Medicina Intensiva Pediátrica, além de ter cursos nos campos de gestão e liderança**. Cooperada da Unimed desde 2001, coordena a Unidade de Terapia Intensiva da cooperativa desde 2013.

A médica conta que enfrentou muitas barreiras ao longo da sua formação, como ocorre com a maioria das mulheres brasileiras e nortistas, mas que hoje **se sente preparada para enfrentar o desafio de gerir a Unimed Belém**, que conta com mais de 270 mil usuários, entre pessoas físicas e jurídicas. “Eu realmente me preparei para estar aqui. E busco **essa representatividade da mulher** há muito tempo, em todas as equipes nas quais trabalhei. Hoje, vemos mulheres negras,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

indígenas, mulheres gerenciando equipes e com resultados fantásticos. **Me sinto orgulhosa de ocupar este posto neste momento histórico**, para fazer a diferença não só para a Unimed Belém, mas como para toda a sociedade”, assegura ela, que é a **primeira mulher a ocupar o cargo de diretora-geral da entidade**.

Segundo Liane, os dois principais focos desta nova gestão da Unimed Belém serão **a valorização dos cooperados e a otimização da jornada do paciente que busca a assistência médica**, que, para ela, ainda sofre com alguns entraves e gargalos. “Nós sabemos que hoje temos realmente problemas **em relação aos fluxos dentro dos nossos hospitais**, por isso, queremos fazer com que essa jornada do paciente, desde o momento em que ele adentra ao hospital até a sua saída, **seja mais eficaz, mais veloz e mais satisfatória**. É isso que nós queremos dar ao nosso cliente, uma melhor assistência médica”, frisou.

De acordo com a diretora, a primeira unidade que está recebendo essa revisão de procedimentos é o **Hospital Prime**, onde há um grande fluxo de pacientes. “O Prime é um hospital com estrutura adequada, parque de imagens fantástico, toda a parte de hemodinâmica e ressonância moderna e funcional. **A gente só precisa operacionalizar tudo isso de forma que seja realmente de fácil acesso ao nosso cliente**”, observa. Para ela, existem períodos do ano de maior busca por assistência médica, por isso, a cooperativa precisa se preparar continuamente para que, nesses momentos, consiga oferecer o melhor atendimento. “A partir do momento em que a gestão é assertiva e se prepara para que, nesses períodos, consiga fazer o fluxo andar e oferecer ao paciente toda a jornada de atendimento, **o impacto é muito menor** e é isso que queremos fazer”, aponta.

Ainda segundo a diretora-geral, hoje, **a Unimed Belém vive uma situação econômica viável** e o objetivo, como dito anteriormente, é valorizar o cooperado ainda mais. “O que nós precisamos é trabalhar todos os fluxos internos para **valorizar ainda mais o cooperado**, que hoje tem o seu pagamento em dia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

E isso depende apenas de nós, do nosso trabalho, e, principalmente, do trabalho dos gestores. Precisamos gerir melhor a cooperativa, para que se consiga incrementar o valor da consulta, o valor do plantão e assim por diante”, concluiu.

Provisórias

Apesar da eleição e posse da nova diretoria executiva da Unimed Belém, para a advogada Hannah Bibas, que representa a diretoria anteriormente destituída da cooperativa, **todas as decisões tomadas até aqui, sejam elas favoráveis ou contrárias a qualquer parte, são provisórias**, já que são baseadas em uma tutela que, no linguajar jurídico, é tida como **precária ou superficial**. “Justamente por isso, todos os atos praticados até aqui estão sub júdice, de modo que **todas as medidas e recursos cabíveis serão regularmente utilizados para combater as ilegalidades existentes**. Existe sim recurso pendente de análise e o processo está pendente de sentença também. Se provado que houve nulidade, tudo o que aconteceu depois da AGE (de janeiro) é abrangido”, explicou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sintepp acompanha greve de professores da rede municipal em três cidades do Pará

Categoria pede cumprimento do piso salarial e aponta problemas no transporte e na merenda escolar



Dilson Pimentel

07.03.23 14h43 - Atualizado em 07.03.23 18h21



Em Abaetetuba, os professores da rede municipal entraram em greve na segunda-feira e fizeram uma caminhada até o prédio da prefeitura (Foto: Sintepp Abaetetuba)

Professores da rede municipal de **Abaetetuba, Acará e Ourilândia do Norte, no Pará, estão em greve desde segunda-feira (6)**. O coordenador de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (**Sintepp**), **Beto Andrade**, disse que as pautas da categoria se aproximam, mas não são as mesmas.

“Via de regra, é o não cumprimento do pagamento do piso salarial e problemas no transporte escolar e na merenda escolar”, afirmou. Segundo ele, **o motivo**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

da greve no Acará, por exemplo, é o não pagamento do piso salarial e do retroativo dos professores.

“No ano passado, o governo só cumpriu uma parte do piso. Ficou de negociar a outra parte este ano e não negociou. O município está sem transporte escolar e com problema de merenda nas escolas”, disse Andrade. Ainda segundo ele, a administração municipal protelou as reuniões e, por isso, a categoria entrou em greve. “O governo já entrou com ação judicial tentando impedir a greve”, completou.

Beto Andrade afirmou que o **pagamento do piso salarial também está na pauta dos professores de Abaetetuba e Ourilândia do Norte**, além de outras reivindicações. A coordenadora Geral do Sintepp Subsede Abaetetuba, Waldira Calado Dias, disse que, antes da deflagração da greve, na última segunda-feira (6), houve três reuniões com o secretário municipal de Educação. Na primeira foi apresentada a pauta da campanha salarial da categoria.

Prefeitura de Abaetetuba pede abusividade da greve

Na segunda, foi apresentado um parecer jurídico orientando o não pagamento o piso e repassada a informação de que a prefeita não pagaria o valor base dos professores. “Na terceira reunião, foi apresentado um parecer contábil com dados financeiros contraditórios baseados em argumentos de que a prioridade seria a reforma e construção de escolas, não o pagamento do piso”, disse Waldira Calado.

A categoria entrou em estado de greve no dia 23 de fevereiro. “Em 6 de março, que marcaria o início do ano letivo, paramos e fizemos um ato até a prefeitura. Lá descobri que, no dia 2, a prefeitura entrou na Justiça solicitando a abusividade da greve e multa de mais R\$ 20 mil para o sindicato que insistisse na paralisação. Já recorremos e estamos aguardando a decisão do desembargador”, afirmou.

Além do pagamento do piso de 14.95%, está na pauta de negociação reforma de escolas e transporte escolar, entre outros pontos. A **Redação Integrada de**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O **Liberal** solicitou posicionamentos das três prefeituras mencionadas na reportagem, porém, apenas Ourilândia do Norte ainda não deu retorno.

Abaetetuba

Leia abaixo na íntegra a nota enviada pela Prefeitura de Abaetetuba:

"Acerca da greve da educação, a Prefeitura de Abaetetuba informa que recebeu a pauta econômica do Sindicato, a qual foi debatida em três reuniões entre Administração Municipal e a representação da categoria. Nas ocasiões, foi esclarecido, com apoio em documentos técnicos, que a gestão não dispõe de condições orçamentárias para a concessão do piso definido para o ano de 2023.

Na terceira reunião ficou encaminhada uma agenda com a prefeita, para dar continuidade ao debate da questão, no entanto, antes da data agendada a categoria deflagrou o estado de greve, inviabilizando a continuidade das negociações. Diante disto, o município encaminhou a questão para o Poder Judiciário, a fim de garantir o acesso à educação para os alunos da rede municipal.

A gestão assinala que, no ano de 2022, foi concedido reajuste na ordem de 33.24%, atendendo à portaria do Ministério da Educação. Além disso, o Município já supera o investimento obrigatório do FUNDEB em folha de pagamento. Definido em no mínimo 70% da aplicação do recurso para esta finalidade, o município atinge um investimento na ordem superior a 80% do FUNDEB para este fim. Não dispondo, assim, de condições fiscais para atender à reivindicação apresentada."

Acará

Leia abaixo na íntegra a nota enviada pela Prefeitura de Acará

"É com surpresa que a Administração da Prefeitura Municipal de Acará recebeu a informação de que os professores optaram por entrar em greve neste dia (07 de março de 2023). A surpresa se dá pelo fato de existir uma mesa de negociação que vem ao longo dos anos obtendo fluxo para os trabalhadores da

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

educação, haja vista que a primeira conquista da categoria neste governo foi o pagamento dos salários que estavam em atraso, deixados pela gestão anterior. Essa mesa prosperou ao fato de a prefeitura vir repassando as professores parte dos reajustes da categoria conforme a disponibilidade financeira e, por último, houve a lei que estabeleceu a concessão de auxílio alimentação a todos os servidores públicos municipais, incluindo os da educação, tanto efetivos como temporários e comissionados.

Então a gestão do Novo Tempo vem ao longo do tempo reconstruindo a educação do Acará baseado em três pilares, sendo eles: valorização dos professores, respeito e a melhoria do ensino dos estudantes, gerando benefício direto aos alunos. Por último, as revitalizações, ampliações e construções das escolas para tornar o ambiente de trabalho agradável, tanto que ao longo da gestão Novo Tempo a prefeitura já entregou 29 escolas e, inclusive, a última foi realizada nesta data, no mesmo dia em que os professores optaram por grevar. Salientando que no início da atual gestão, as escolas foram recebidas em estado precário de estrutura física, sem o mínimo de condições de uso.

As negociações com relação aos que eles estão pleiteando (Pagamento do restante do piso do ano passado, 13,24% e pagamento do piso deste ano 14,94%) é objeto de negociação constante, inclusive com reunião marcada para a próxima quinta-feira (9). Diante disso, houve a necessidade de a prefeitura ingressar com uma ação de declaração de abusividade de greve, na qual houve concessão de liminar nesta data (7 de março). Isso impede que haja paralisação das aulas e conseqüente prejuízo aos alunos.

Ressaltamos que a prefeitura é sensível aos pleitos dos professores e está sempre disposta a dialogar sobre as reivindicações desta classe. Só que, desta vez, existe uma solicitação que precisamos analisar de forma responsável e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

assegurando o equilíbrio fiscal e a adimplência das contas públicas e é necessário encontrar uma solução para atender o pleito dos professores, sem deixar de investir na infraestrutura das escolas.

A gestão se posiciona em prol de todos, profissionais da educação e estudantes. As negociações estão avançando e desejamos que na reunião já agendada se chegue a uma solução.”

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é condenado por lesão corporal culposa contra PM, resistência à abordagem e tráfico de drogas

A condenação foi determinada, no começo da tarde desta terça-feira (7), ao final da sessão do júri realizada no Fórum Criminal Des. Romão Amoêdo Neto, no bairro da Cidade Velha



Fabyo Cruz

07.03.23 17h30



O réu acompanhou o julgamento direto do sistema carcerário da cidade de Videira, em Santa Catarina (Gloria Lima/TJPA)

Bruno de Lucas de Pina Manito foi condenado, no começo da tarde desta terça-feira (7), a sete anos de reclusão em regime semiaberto e ao pagamento de 500 dias multa pelos crimes de **lesão corporal culposa** contra o **cabo Franklin**, da **Polícia Militar do Pará (PMPA)**, além de resistência à abordagem

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e tráfico de drogas, no bairro da **Terra Firme**, em [Belém](#), em 29 de agosto de 2020. A condenação foi estabelecida ao final da sessão do júri realizada no **Fórum Criminal Desembargador Romão Amoêdo Neto**, no bairro da **Cidade Velha**. O réu acompanhou o julgamento por videoconferência direto do sistema carcerário da cidade de **Videira, em Santa Catarina**.

O atentado contra o policial ocorreu após a PMPA receber uma denúncia de tráfico de drogas. Bruno Manito estava na casa do seu avô, na passagem Miranda, quando foi abordado e tentou correr, mas, acabou sendo alcançado e contido. Durante a abordagem, no momento em que tentava algemá-lo, o cabo Franklin acabou acionando o gatilho da própria arma (uma carabina longa), que estava no suporte colado à sua farda, e baleou a si mesmo em uma das pernas.

Após ser colocado em liberdade no período da pandemia do coronavírus, Bruno Manito viajou, sem autorização judicial, para Santa Catarina, onde trabalhava de carteira assinada, porém, foi preso há dois meses por suspeita de participação em um assalto e, atualmente, está preso em Videira. Ao longo do julgamento desta terça-feira (7), Bruno foi interrogado pelo sistema penal de Santa Catarina.

Bruno chegou a negar o crime e disse que estava com o filho no momento da abordagem. E que depois, o teria deixado com a mãe. Conforme relato do réu, ao revistá-lo os PMs nada encontraram, e então o "arrastaram" para a residência do avô. Ele disse ainda que, temendo por sua integridade, procurou se desvencilhar da contenção policial, momento em que a arma disparou e atingiu a perna do policial.

O promotor Samir Dahás Jorge não sustentou a acusação da tentativa de homicídio e pediu a condenação do réu pelos crimes conexos de tráfico de drogas e resistência à prisão. O magistrado pediu a desclassificação do crime de tentativa de homicídio por lesão corporal. O defensor público Alex Noronha defendeu a tese de absolvição pela lesão causada ao PM. Pelos crimes conexos, ele propôs a absolvição pela dúvida do réu estar traficando, e em caso de condenação por tráfico, a redução da pena pelo fato do réu não ser membro de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

facção criminosa. Na manifestação, o defensor considerou que o réu cometeu resistência à prisão.

Ao final da sessão, os jurados reconheceram que Bruno de Lucas de Pina Manito cometeu os crimes de lesão corporal culposa que vitimou o policial Franklin, além do crime de resistência da abordagem e tráfico de drogas. A pena aplicada totalizou sete anos de reclusão em regime semiaberto e ao pagamento de 500 dias multa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MST protesta por reforma agrária na sede do Iterpa, em Belém

Manifestantes buscam pressionar o governo por ações em prol de reforma agrária



Fabício Queiroz

07.03.23 15h23



Trabalhadores sem-terra ocuparam o prédio do Iterpa na capital paraense (Carlinhos Luz / MST)

Cerca de 400 integrantes do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)** realizaram uma **ocupação** no prédio do **Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa)**, localizado na avenida Augusto Montenegro, em **Belém**, na manhã desta terça-feira (7). De acordo com os manifestantes, a ação é parte das ações organizadas na **jornada de lutas do movimento que ocorre em 23 estados brasileiros**.

“O nosso objetivo é abrir uma mesa de negociação para que a gente possa dar seguimento ao debate sobre a **reforma agrária**. Nós precisamos de terra para trabalhar e cuidar da nossa família”, afirma Clivia Regina da Silva, dirigente estadual do setor de gênero do MST.

No protesto, as **trabalhadoras sem-terra entregaram um documento que elenca algumas áreas que precisariam de atenção prioritária do governo estadual**, como os assentamentos Terra Cabana e Quintino Lira, em Belém, além do local conhecido como Lourival Santana, que fica no sudeste paraense. “As **mulheres estão protagonizando essa luta** que se soma a um movimento nacional. Protocolamos hoje essa pauta no Iterpa e fomos recebidas pela presidência. Estamos com a expectativa de que esse diálogo seja retomado no dia 17 de abril, no contexto da mobilização do **Abril Vermelho**”, relata Clivia Silva.



Clivia Silva, do MST, entregou documento com demandas dos trabalhadores ao presidente do Iterpa, Bruno Kono (Carlinhos Luz / MST)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após o protesto, as **mulheres desocuparam o prédio e retornaram para o acampamento montado na Aldeia Cabana**, no bairro da Pedreira.

Ao Grupo Liberal, o Iterpa afirma que recebeu os representantes do MST para tratar sobre pedidos de regularização fundiária em áreas que aguardam decisões judiciais em ações de reintegração de posse, que estão em tramitação no Poder Judiciário além da implementação de políticas de reforma agrária. “Os representantes deixaram o prédio do Iterpa no início da tarde”, conclui o comunicado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é condenado a 7 anos de prisão por lesão corporal culposa contra policial militar do PA

PM morreu após ser baleado com a própria arma em 29 de agosto de 2020.

Por g1 Pará — Belém

07/03/2023 19h39 · Atualizado há 15 horas



Homem é condenado por lesão corporal culposa contra PM, em Belém. — Foto: Divulgação

A Justiça do Pará condenou nesta terça-feira (7) Bruno de Lucas de Pina Manito a 7 anos de prisão pelo crime de lesão corporal culposa contra o cabo Franklin, da Polícia Militar. O PM morreu após ser baleado com a própria arma em 29 de agosto de 2020.

O crime aconteceu na casa do avô do Bruno, localizada na passagem Miranda, bairro da Terra Firme, em [Belém](#). Após receberem uma denúncia de tráfico de drogas, os PMs se dirigiram à casa do condenado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Durante a abordagem, Bruno tentou correr mas os policiais o impediram. Quando o PM Franklin foi algemar o réu, acionou o gatilho da própria arma que estava no suporte colado no corpo e acabou baleado com a arma.

Bruno de Lucas de Pina Manito foi interrogado pelo sistema carcerário de Videira, em Santa Catarina. Após ser colocado em liberdade em 2020 viajou, sem autorização judicial, para Santa Catarina. Porém, foi preso há dois meses por suspeita de participação em um assalto.

O promotor Samir Dahás Jorge pediu a condenação do réu pelos crimes conexos de tráfico de drogas e resistência à prisão. O defensor público Alex Noronha pediu a absolvição do réu pela dúvida de estar traficando, e caso de condenação por tráfico, a redução da pena pelo fato do réu não ser de facção criminosa.

Ao final da sessão, os jurados reconheceram que Bruno de Lucas de Pina Manito cometeu os crimes de lesão corporal culposa, resistência da abordagem e tráfico de drogas. Ele ficará 7 anos preso em regime semiaberto e ao pagamento de 500 dias multa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Internas do Centro de Recuperação Feminino, em Ananindeua, recebem 'Mutirão de Atendimento' alusivo ao Dia da Mulher

As apenadas puderam saber sobre o andamento de seus processos e também, participar de ações de autocuidado e orientações.

Por g1 Pará — Belém

07/03/2023 13h07 · Atualizado há 22 horas



Apenadas puderam saber o andamento de seus processos e também, participar de uma ação de beleza — Foto: Uchoa Silva/NCS Seap

Internas do Centro de Recuperação Feminino (CRF), em [Ananindeua](#), participam da 14ª edição do projeto "Cidadania no Cárcere", da Defensoria Pública do Pará (DPE-PA), em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap).

Na segunda-feira (7), as mulheres privadas de liberdade receberam atendimento jurídico, de saúde e participaram de palestras, além de receber orientações

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sobre violência de gênero e relacionamentos abusivos. Ainda são oferecidos serviços de emissão de documentos e autocuidado.

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), **mulheres em situação de cárcere são mais acometidas por agravamento na saúde física e mental do que o restante da população feminina.**

Sobre a ação no CRF, o juiz Titular da Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém, Deomar Alexandre de Pinho Barroso, defendeu que todas as unidades necessitam desse tipo de atendimento psicológico, social e jurídico.

“Às vezes, tem alguma falta, uma falha, a exemplo de um advogado abandonar uma causa, o processo fica parado. Há a necessidade realmente da movimentação, para que o Direito seja garantido. É preciso esse cuidado, e os internos e as internas merecem”, ressaltou.

“Com essas ações, com as palavras às pessoas apenadas, que acima de tudo, trazem uma palavra de acalento, humanizada, para uma pessoa que passa por um momento de sua vida privada de liberdade. É um projeto premiado da DPE e já atendeu mais de 5 mil pessoas e tem a meta ambiciosa de atender até o final do ano todas as unidades prisionais do estado do Pará. Isso é feito com o Ministério da Justiça, com a equipe da Polícia Civil, e com esse time de defensores e defensoras públicas da DPE”, disse o defensor público geral, João Paulo Ledo.

“Lá na frente, vamos colher os frutos, que é a tão sonhada reinserção, a ressocialização mesmo, e nesse processo a DPE é fundamental”, assegurou o coronel Marco Antônio Sirotheau.

Na ação foi informado que os produtos da Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora (Coostafe), que funciona no CRF, serão comercializados em uma rede de supermercados de Belém, gerando renda para as cooperadas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

G.L.M, de 47 anos, foi uma das 110 mulheres atendidas hoje no mutirão jurídico. Ela se mostrou satisfeita e disse que o atendimento dos defensores havia sido excelente. “Pra mim foi ótimo porque não tenho advogado, então é uma assistência que gostei bastante. Está ótimo”, garantiu.

Uma das maiores reivindicações das internas é sobre o andamento de seus processos judiciais, além de saúde e oportunidades de trabalho, diz a diretora do Centro, Rita Canto.

"É fundamental que essas ações aconteçam pelo menos de seis em seis meses ou de três em três meses. Ajuda em todos os sentidos. Elas passam a acreditar no corpo diretivo e isso é fundamental", defendeu a diretora.

No primeiro dia do mutirão, **224 apenas receberam o atendimento jurídico** que prosseguirá até esta terça (7). Elas foram divididas em três grupos: presas temporárias; condenadas e semiaberto.

Das 155 presas temporárias, 110 receberam a atenção aos seus processos, faltando apenas 21 para finalizar o grupo. Entre as 146 já condenadas, 144 foram acolhidas, restando 35 serem atendidas.

Nesta terça, **a previsão é que 169 internas sejam atendidas para o mutirão jurídico**, sendo 35 condenadas no fechado, 21 Provisórias e 113 do Semiaberto.